

Em busca da liberdade: a condição escrava em Teresina na segunda metade do século XIX

Mairton Celestino* - UFPI

Em 16 de agosto de 1852, José Antônio Saraiva, presidente da província do Piauí, decreta por meio de ofício a transferência da capital de Oeiras para Teresina, tal acontecimento não só propiciou mudanças políticas, econômicas e geográficas, como também acirradas disputas pelo poder na província. Uma das primeiras medidas, tomadas por Saraiva no intuito de evitar golpes e outros tipos de males contra a referida transferência, foi que seguissem imediatamente para a nova Capital alguns escravos das fazendas nacionais.

O que pretendemos, nos limites deste texto, é apresentar uma descrição, mesmo que sumaria, do universo da escravidão urbana na nova capital, em busca da tão sonhada liberdade.

O estudo sobre escravidão no Brasil diversificou a tal ponto que quem se atreve a penetrar nesse campo de investigação tem, primeiramente, que especificar qual o universo escravista a ser pesquisado e qual a tendência de pensamento usada na pesquisa. Assim, às peculiaridades da escravidão que mais discutiremos neste estudo será a escravidão urbana. Isso não implica dizer que ela não esteja ligada às outras formas de escravidão, seja das zonas de mineração, seja a escravidão indígena, a escravidão nas zonas açucareiras ou a escravidão na pecuária; porém as características da escravidão urbanas assinalam diferenças marcantes frente aquelas outras como, por exemplo, a liberdade de circulação do escravo no espaço urbano, podendo este dormir longe da inspeção do senhor ou do feitor, elemento este considerado como disciplinador típico dos escravos da zona açucareira. Todavia, liberdade de locomoção não significa abrandamento da opressão do senhorial, pois, embora o feitor estivesse ausente, o Estado funcionava como elemento de repressão contra negros livres e escravizados.¹

* Graduando do curso de história da Universidade Federal do Piauí

Com a transferência da Capital para Teresina, a economia sofre também alterações. A pecuária começa a perder sua vitalidade, sendo substituída a partir de início do século XX, pelo extrativismo vegetal onde a capital funciona como empório das transações econômicas, ou seja, embora Teresina não tivesse uma economia própria ela se beneficiava das economias das outras regiões, sendo que todo produto tinha necessariamente de ser escoado para as zonas consumidoras via rio Parnaíba.²

Centraremos nossas reflexões nos cinquenta anos finais do século XIX, em Teresina, por uma questão que consideramos de extrema importância na análise do desenvolvimento da nova capital e que se encontra na obra de Monsenhor Chaves, no qual no fundamentamos a partir de dois fragmentos da sua obra: o primeiro a mentalidade da população teresinense diante da escravidão e o segundo o percentual de escravo catalogado pelo autor na urbe da década de 1880.³

A primeira questão faz alusão ao processo abolicionista de 13 de maio de 1888, no qual Monsenhor Chaves descreve o clima de euforia da população teresinense:

Nem foi preciso chegar àquele dia. A 15 de maio o telégrafo nos traz do Rio a notícia da assinatura da “Lei Áurea” por sua alteza real da princesa Isabel. Impossível descrever a alegria do povo de Teresina por tão auspicioso acontecimento. Passeatas, músicas, foguetes, bailes, tudo foi pouco para traduzir o seu contentamento nos dias que se seguiram ao dia da libertação.⁴

O segundo aspecto se refere ao total de escravos computados por Monsenhor Chaves nos anos de 1882 em Teresina e na província do Piauí. Sendo que na província existiam 21.691 escravos dos quais 3.704 residiam em Teresina.⁵

Segundo Gorender, “[...] as cidades brasileiras impressionavam o europeu recém-chegado pela multidão de negros, que enchia as ruas[...]”.⁶ Não restam dúvidas que as cidades brasileiras mais pareciam cidades africanas do que “as belas cidades européias”. Entretanto, numa análise mais detalhada perceberemos que as cidades a que Gorender se refere são exatamente as cidades litorâneas e de alta comercialização. Teresina nesse momento apresenta-se de maneira peculiar frente às demais cidades brasileiras, isso se

deve ao fato de sua criação ser ainda recente, pois o surto de crescimento demográfico se fez sentir apenas nos anos iniciais da fundação e, posteriormente, na segunda metade do século XX.⁷

A mudança da capital juntamente com o desenvolvimento da navegação a vapor, do telégrafo e do integracionismo entre as regiões da província, propiciaram aos escravos “mudanças involuntárias” na percepção de suas identidades culturais. Não estamos afirmando que ao empregar uma terminologia Thompsiniana⁸, que o escravo urbano teresinense tenha adquirido uma consciência de classe, mas que o ser social “escravo urbano” se manifestou de maneira mais intensa do que na pecuária, isso não resta dúvida, quando analisamos os documentos dos anos de 1850-1900, principalmente, jornais como “A Época”, “A Pátria” e “A Imprensa” e os autos de crimes e petições jurídicas cujas conclusões nos remete a uma rediscussão da escravidão em solo Piauiense.

Tomemos como exemplo o ano de 1880, década de grandes transformações como a criação da companhia de Vapor que dinamizando o comércio de Teresina estreitou as distâncias regionais entre as outras Províncias, propiciando autonomia econômica frente a concorrente Província do Maranhão.⁹

Em Teresina, “a escrava Joanna de uns vinte anos de idade, mulata e sem profissão impetrou uma ação judicial contra a sua senhora D. Amélia Borges Chaves”¹⁰. A alegação consta do fato de Joanna ter sido vendida ao francês José Mayer por uma quantia abaixo do real valor da escrava, sendo que a escrava possuía um pecúlio de 415\$000 e o comprador a adquiriu por 640\$000 reis. Valor este de 160\$000 reis abaixo do avaliado de acordo com o processo. Diante do fato,

*A apelante não duvidou pedir a Vossa Majestade que lhe mandasse carta de liberdade pelo preço de sua venda, porque se o §3º art. 40, e § 1º do art. 56 do decreto n. 5135 de 13 de novembro de 1872, dizem que: o preço das vendas judiciais ou avaliação, e adjudicações nos inventários servem para eles, se mandar passar cartas de liberdade aos escravos Q'Exibirem seus pecúlios, desde Q'este seja iguais a aqueles preços[...]*¹¹.

Joanna e seu curador, Dr. Beltrande José Gomes Carvalho, na busca pela liberdade, enfrentando às adversidades e a lentidão judicial, se depararam com uma petição, expedida em 16 de março de 1880 pelo Dr. Juiz de Direito autorizando a senhora Amélia Borges a ter em seu poder Joanna e seu pecúlio. Pronto, foi o suficiente para a intensificação das torturas e aumento dos castigos físicos contra a escrava Joanna, que logo ao ficar em posse de sua senhora teve o cabelo cortado.¹²

Em 31 de agosto de 1880, o curador da escrava Joanna consegue o arbitramento da petição do juiz de direito que devolvia Joanna a sua senhora e lhe concedia a tão sonhada liberdade. Como podemos perceber pelo acórdão.

Que isto relatados e discutidos, estes autos, dão provimento a apelação interposta fl. 20 pelo curador da libertanda para anular, como anulam, o processo de arbitramento por não ter sido feito de conformidade com que dispõe o regulamento a 5135 de 13 de novembro de 1872, art. § e seus §§, sendo-lhe aplicáveis os artigos 92, 103, 195, 196, 197, 201 e 202 do regulamento nº 737 de 25 de novembro de 1850: e mandam que seja a escrava entregue à apelante de sua senhora, por ter sido ilegal o depósito, visto não haver disposição alguma, que neste caso autorize que na lei 28 de novembro de 1872 – Maranhão 30 de julho de 1880. – Monteiro D” Andrade presidente interino. – Lisboa – Antônio Augusto da Silva – Catanho.¹³

Casos como o da escrava Joana, indo às últimas conseqüências para conseguir a tão almejada liberdade, demonstram que a sociedade teresinense não libertava seus escravos com facilidade, pois, até mesmo depois da Lei Áurea, o desejo em persistir com almas negras e infelizes tirava o sono de senhores e senhoras que encontrava nos cativos a única maneira de sobrevivência no espaço urbano Teresinense¹⁴. Quando os senhores alforriavam seus escravos estes corriam o risco de serem novamente escravizados, como aconteceu com o negro Constantino, após ter sido declarado livre pelo Dr. Juiz Municipal de Teresina. Constantino ficou residindo na Capital, onde poderia trabalhar por conta própria e recomeçar sua vida como liberto, entretanto, somente por três dias respirou os ares da liberdade, quando seu ex-senhor, o Dr. Saraiva, residente em Oeiras chegou em Teresina, amarrou, surrou-o e levou Constantino para Amarante como cativo e de lá seguiram

caminho para Balsas, no Maranhão, sem nenhuma indagação da justiça municipal de Teresina sobre o fato.¹⁵

Pés descalçados, trabalhando com trapos de pano no corpo, seja com produtos artesanais, seja levando mercadorias de um lado para outro, e ajudando no desenvolvimento interno da economia da capital, o escravo urbano vivia o cotidiano na cidade empreendendo diversos tipos de trabalho dispensado por homens livres e, em especial, o braçal. Em Teresina, o escravo representou um instrumento de suma importância para os rumos da economia local, até mesmo o gênero feminino cujas negras escravizadas ou libertas, com suas quitandas, ajudavam na alimentação diária dos escravos famintos.

Sobre o papel das escravas na sociedade teresinense percebemos que estas se encontravam nos mais variados espaços, desde as requintadas festas da sociedade, onde escravas domésticas marcavam presença nas partes reservadas da cozinha, ou mesmo como enfeites dos casamentos da elite urbana, como atesta Abdias Neves ao descrever um casamento de suas personagens, no Romance “Um manicaca”.

*Às três horas da tarde, ninguém se entendia, mais no palacete do Coronel Antonio Machado. Bramia um zunzum ensurdecedor de negras que passavam correndo de um lado para outro, muito enfeitadas, vestidas de roupas roçagantes. [...] A ama de Mundoca e velhas escravas estavam todas a postos, passando de um quarto para outro, dando encontrões nas cadeiras; falando alto, muito alegres, furiosas porque a corneta ainda não “tocara chamada de música no quartel”.*¹⁶

Os escravos ocupavam os diversos espaços de sociabilidade que lhes eram impostos para a diversão. No entanto, o discurso das elites era no sentido de considerá-los embriagados, e vadios não reconhecendo, assim, o senso de identidade que os escravos tinham frente ao mundo de adversidades que lhes eram delegados. Na verdade esses espaços de sociabilidade propiciavam aos escravos encontros noturnos no cotidiano da cidade, que nem sempre, como já afirmamos, era visto pela sociedade como encontros pacíficos e, sim de desordeiros e criminosos, como os que aconteciam na rua grande com a da Boa-Vista e a do Imperador. Liderados por Lisarda, uma negra alforriada, os escravos

passavam a noite em conversas que “muito incomodava aos vizinhos”. A tal ponto destes enviarem uma carta ao até então delegado de polícia o Sr. Felix Pacheco com a seguinte reclamação:

*Ao Ilmo. Sr. Capitão José Felix Alves Pacheco, atual delegado de polícia, e que tantas provas há dado de fiel executor da lei, e dos créditos da nossa pequena mas já civilizada capital, que mande chamar à sua presença a Sr. Lisarda e lhe recomende mais prudência, decência e respeito às famílias vizinhas, prometendo-lhe o castigo que merece se continuar na vida depravada que tem adotado.*¹⁷

O preconceito da sociedade teresinense e a opressão do poder público percebiam Lisarda e seu grupo como simples baderneiros e vadios suspeitos em potencial de desfigurarem o espaço urbano que consideravam em crescimento e a caminho da modernidade, assim os escravos e ex-escravos perambulando pelas ruas da nova cidade simbolizava o que a elite e os letrados não queriam ver: um povo negro e faminto com mulheres a vender comidas sem nenhuma higiene com crianças raquíticas, fruto da opressão e do atraso da sociedade.

Às vésperas do 13 de Maio de 1888, familiares de políticos abolicionistas importantes e a favor da “causa servil” como Antônio Coelho Rodrigues, simplesmente impediram seus escravos, de proferirem a palavra liberdade, caso contrário, seriam duramente espancados por capangas da família. Todavia, por ser uma família ilustre do Piauí o fato mereceu uma simples nota no jornal conservador “A *Época*”, repudiando o cronista e o jornal “A *Imprensa*”, por colocarem de maneira suja o nome de Coelho Rodrigues e de sua família nesse episódio.¹⁸

Os conservadores preocupados com a repercussão do assunto obrigam o escravo espancado, Luiz Rabello de Sepúlveda, a assinar um termo de desistência e perdão contra os autores do espancamento, logo em seguida é forçado a pedir que “nenhum procedimento criminal tenha lugar e fique tudo em perpetuo silêncio, o que faz de ampla vontade e bem assim desiste do direito de queixa”¹⁹. O escravo, Luiz Rabello, não sabia ler

e nem escrever, porém foi responsável pelo apagamento oficial de um fato que poderia destruir a reputação de uma personalidade política da província.

Mulheres como Joana e Lisarda que foram às últimas conseqüências na busca por sua liberdade, seja religiosa ou social, se apropriando de instrumentos de brancos, demonstram o descontentamento dos negros frente a uma sociedade intolerante. Não se intimidando com a simples repressão verbal, estas mulheres, recorreram ao poder público municipal, revelando a coragem de negros e negras por liberdade e a não aceitação de uma submissão, sendo capazes de agir contra seus senhores e a opressão do estado.

Não restam dúvidas que um ato feito à caneta decretando o fim da escravidão não mudaria a mentalidade de um dono de escravo no período, e não mudou, no entanto, atos praticados por escravos negros da época esclarecem, em nossas pesquisas iniciais, serem fatos individuais, esporádicos e sem organização de grupo, ficando claro, que os objetivos eram essencialmente individuais. O 13 de maio de 1888 não simbolizou definitivamente a tomada de consciência social do negro na sociedade teresinense. E, se hoje, nos deparamos com grupos de negros reivindicando maior participação política e social, isso não se deve aos atos imperiais da princesa Isabel, mas de pessoas escondidas nos escombros da história, como Joanna, Lisarda e Constantino, que lutaram por liberdade numa época de adversidade.

Notas.

-
- ¹ ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: Estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1805-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ² QUEIROZ, Teresinha. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2ed. Teresina: Edufpi, 1996. p.20
- ³ CHAVES, Monsenhor. **Obras Completas**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.
- ⁴ CHAVES, op. Cit., p.201
- ⁵ CHAVES, op. Cit., p-194,
- ⁶ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5. ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1988.p-455
- ⁷ QUEIROZ, Op. Cit., p-20
- ⁸ TOMPSON.E.P .**As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas-SP:Unicamp, 2001.p-262
- ⁹ QUEIROZ, Op. Cit., p-21
- ¹⁰ O Semanário. Ano V. nº 143. 08 de fevereiro de 1880, p.04.
- ¹¹ O Semanário. Ano V. nº 148. 20 de março de 1880, p.1-2.
- ¹² O Semanário. Ano V. nº 148. 20 de março de 1880, p.1-2.
- ¹³ O Semanário. Ano V. nº 172. 03 de outubro de 1880, p.02
- ¹⁴ A Época. Ano XIII. nº 503. 21 de junho de 1878, p.
- ¹⁵ O Semanário. Ano III. nº 70. 16 de junho de 1878
- ¹⁶ NEVES, Abdias. **Um Manicaca**. Teresina: Corisco, 2000. p-17.
- ¹⁷ O Semanário. Ano II. nº 215. 28 de outubro de 1877
- ¹⁸ A Época. Ano X .n.º 513.21 de julho de 1888.
- ¹⁹ A Época. Ano X .n.º 513.21 de julho de 1888.